

**Intelectuais, política e imprensa no Estado Novo: um estudo sobre o projeto editorial de
*O Observador econômico e financeiro***

MARIA LETÍCIA CORRÊA*

O tema dessa comunicação é a análise da produção intelectual e da atuação política dos editores e colaboradores da revista mensal *O Observador Econômico e Financeiro*, no período do Estado Novo (1937-1945). A revista foi publicada por iniciativa do economista e empresário Valentim Bouças, que ocupou diversas funções no Ministério da Fazenda, na gestão de Arthur de Souza Costa (1934-1945), podendo ser caracterizada pelo noticiário voltado à cobertura dos atos do governo de Getúlio Vargas e pelo tratamento dos temas econômicos e de política externa. Trazia transcrições de discursos do presidente e do ministro da Fazenda, o que lhe emprestava um perfil quase oficial.

A par do compromisso mais central com o exame da política econômica, *O Observador Econômico e Financeiro* repercutiu também o ambiente intelectual dos periódicos oficiais, como a *Cultura Política* e a *Ciência Política*, editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e contou com um corpo de colaboradores permanentes e esporádicos de renome que incluía escritores e representantes do pensamento social cujos vínculos com o Estado Novo se expressaram por meio de sua participação em cargos e funções de direção e assessoramento na formulação das políticas públicas dos setores de educação e cultura do período.

Por tomar como objeto um periódico desvinculado do sistema oficial de difusão cultural e política do Estado Novo, a pesquisa busca examinar aspectos pouco visitados nos estudos sobre as relações entre intelectuais, imprensa e política no período, segundo o pressuposto de que, mesmo sob o quadro coercitivo restritivo determinado pela atuação do DIP sobre a imprensa em geral, os diversos veículos expressavam, ainda, modalidades de representação e organização de interesses a partir da sociedade civil. Considero aqui, portanto, que a imprensa, da mesma forma que os conselhos e órgãos de formato corporativo, mantinha, sob a ditadura, seu papel como espaço das lutas de interesses e representação de classe.

* Professora da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A comunicação apresenta resultados de pesquisa contemplada pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj no ano de 2012.

As relações entre intelectuais e política na ditadura do Estado Novo foram objeto de estudos importantes, que assinalaram, entre outros aspectos, a montagem do aparato institucional representado pelo Ministério da Educação e Saúde, que fora criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder (SCHWARTZMAN et. al., 1984); a contribuição dos intelectuais ao enunciado da ideologia autoritária justificativa do regime, a partir de sua participação na publicação dos periódicos e órgãos oficiais (VELLOSO, 1982; GOMES, 1996; CODATO e GUANDALINI, 2003); e sua colaboração para a “invenção” do patrimônio e a delimitação dos estudos do folclore nacional e para a releitura do passado, segundo uma cultura histórica, elaborada e veiculada nas mesmas publicações (CHUVA, 2009; GOMES, 2005; GOMES, 1996). Como problemática necessária nesses estudos, emerge a questão da integração/cooptação dos intelectuais no novo mercado de trabalho correspondendo aos numerosos postos criados com a continuidade do processo de expansão do Estado nacional e com a complexificação das atividades de regulamentação da vida econômica, social e cultural, acentuada após 1937 (MICELI, 2001).

De modo predominante, como não podia deixar de ser, muitas dessas análises ressaltaram o caráter oficial da atuação dos intelectuais no pós 1930, o que é plenamente justificado quando temos em vista o referido processo de expansão do Estado e também a quase equivalência, no período da ditadura do Estado Novo, entre uma esfera de atuação estatal e o mercado de bens simbólicos e culturais. Sobre essa questão, Sergio Miceli assinalou a ocorrência quase simultânea, no país, dos processos de consolidação do mercado de editoras e escritores profissionais e de multiplicação dos mecanismos e espaços de consagração intelectual, os quais permaneceriam, no entanto, atrelados ao Estado e/ou dependentes da esfera estatal. Para o autor, essa característica indicava uma das diferenças notáveis entre a caracterização do campo intelectual sob Vargas e o período da Primeira República (1889-1930), ou o da chamada “geração de 1870” (MICELI, 2001).

Os estudos que tomaram por objeto os órgãos de difusão oficiais, recém criados ou encampados durante o Estado Novo, por meio do DIP – as revistas, mas também o rádio, os jornais e o cinema – e as instituições responsáveis pelas diversas ações de subsídio à produção cultural, como o já citado Ministério da Educação e Saúde e o próprio Departamento,

ofereceram, nesse sentido, uma detalhada caracterização do campo intelectual nos anos 1930 e 1940, imbrincado à política oficial.

Conforme apontado no trabalho pioneiro de Maria Helena Capelato (1999), o DIP, criado em 1939, como órgão vinculado diretamente à presidência da República, centralizou a produção e a divulgação de um “discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo”. Essa função era exercida por meio da produção de materiais diversificados como livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos e filmes de ficção, destacando-se, no entanto, a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política (Ibid.).

A configuração do campo do jornalismo, por sua proximidade como a esfera do poder, refletia a complexidade das relações políticas existentes após 1930. Marialva Barbosa notou o alinhamento dos dirigentes dos principais órgãos de imprensa com o novo regime, ressaltando que, mesmo tendo havido encampação de periódicos e perseguição de alguns jornais, houve “mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências” (BARBOSA, 2005: 103). A partir de 1940, inúmeros jornais e revistas deixaram de obter o registro no DIP – que controlava também os registros dos jornalistas -, tendo a licença cassada os que buscaram manter alguma independência. Segundo Barbosa: “Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem” (BARBOSA, 2005).

Para Capelato, além das pressões oficiais, a cooptação dos jornalistas foi justificada “também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo”. Dessa forma, “a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à ‘troca de favores’, também surtiu efeito entre os ‘homens de imprensa’” (CAPELATO, 1999: 175).

Como é bastante conhecido, as adesões eram reforçadas por questões como a dependência das empresas com o DIP, para a obtenção das isenções para importação de papel de imprensa, e pelo atendimento à determinação para a publicação de textos e notícias produzidos diretamente pela Agência Nacional, mantendo o Departamento, em todo o período, a função da vigilância da produção discursiva dos jornais. Dessa forma, os discursos

de Vargas e dos ministros, proferidos nas diversas solenidades, constituíam material básico da propaganda veiculada nos jornais, nas rádios e no cinema, estabelecendo-se “uma íntima relação entre censura e propaganda”. Nessa concepção, a divulgação das atividades do presidente e dos auxiliares tinha por objetivo oferecer modelos de virtudes a serem seguidos pelos cidadãos. As atividades de controle, se impediam a divulgação de determinados assuntos, terminavam por impor outros temas (BARBOSA, 2005).

Caberia lembrar, nesse aspecto, o dispositivo constitucional de 1937 que subordinava a atividade de imprensa ao poder público (artigo 122, inciso 15, que estabelecia que “a imprensa exerce uma função de caráter público”), o que traduzia por certo uma das mais importantes marcas da configuração do campo jornalístico no período do Estado Novo, interessando diretamente à minha pesquisa, já que tomo como objeto uma revista “não oficial”. Como assinalado por Capelato:

A separação entre esfera pública e privada, preconizada pelo liberalismo, era contraditada pelos ideólogos antiliberais defensores da absorção do privado pelo público. Essa concepção pressupunha o Estado como *Suma Ratio* da sociedade civil e como tal retirava a liberdade de ação dos intermediários entre o governo e o povo. Assim, o jornalismo transformou-se numa força coordenada pelo Estado. (CAPELATO, 1999: 174)

Retomo, por referência e por oferecerem considerações igualmente necessárias à nossa abordagem, ainda na linha de interpretações sobre as relações entre o Estado e a imprensa no Estado Novo, dois conhecidos estudos sobre a revista oficial *Cultura Política*, realizados, respectivamente, por Mônica Pimenta Velloso (1982) e Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini (2003), e que permitem confirmar a característica acima apontada.

Para Mônica Velloso, a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental no projeto político estado-novista, constituindo-se em “uma doutrina de ‘obrigação política’ para a sociedade civil” (VELLOSO, 1982: 71). Segundo a autora, uma das preocupações principais do regime estava relacionada com a construção de uma estratégia político-ideológica de legitimação frente à “opinião pública”, ainda que isso não autorizasse o entendimento de que aquele tivesse se instaurado a partir de um “consenso no conjunto da sociedade”. As formas de integração e cidadania, a partir do Estado, visavam dessa forma ao consenso ativo e

também passivo (na acepção gramsciana) dos cidadãos, não estando excluídas, portanto, a coerção e a marginalidade.

Nesse contexto, o setor mais eficiente do projeto do DIP foi justamente a imprensa, voltada ao mesmo tempo para a censura e a propaganda oficial. Para Azevedo Amaral, no entanto, crítico da completa subordinação da imprensa à função oficial, à elite intelectual deveria ser reservado o direito de “expor seus pontos de vista”, colaborando sempre para o engrandecimento do Estado. Conforme assinalado por Velloso, na concepção do autor o papel da elite intelectual deveria ser o de reforçar o poder público, dispondo apenas este último “de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação de uma notícia é ou não conveniente” (VELLOSO, 1982: 73). Apresenta-se, portanto, em Amaral, o enunciado da reivindicação da presença, ao mesmo tempo, dos intelectuais e da elite intelectual na elaboração do projeto ideológico do regime estado-novista. A produção e a difusão desse discurso estariam a cargo da imprensa escrita, o que não diminui a importância dos demais meios de comunicação, como o rádio, o cinema e o teatro, sendo a primeira, no entanto, seu lugar de elaboração. Daí o destaque à produção de periódicos como a *Cultura Política*, a *Ciência Política*, *Brasil Novo* e *Planalto*.

Velloso destaca portanto uma espécie de divisão do trabalho no processo de elaboração ideológica relativo à doutrina estado-novista, cabendo à elite intelectual “a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista” e aos intelectuais de “menor projeção” as tarefas práticas da propaganda, estabelecendo-se uma complementaridade entre “ideólogos” e “militantes”: “O quadro dos intelectuais que colaboraram nas diferentes revistas, o tom do seu discurso, o público a que se dirigem permitem estabelecer uma verdadeira divisão do trabalho intelectual” (VELLOSO, 1982: 78).

Também para Codato e Guandalini (2003) na compreensão do panorama ideológico e cultural do Estado Novo ganha centralidade a análise dos intelectuais e dos diversos órgãos de difusão da doutrina a um público heterogêneo.

Tomando por base a metodologia proposta pelos autores para o exame das relações entre “política” e “cultura” no autoritarismo – e que, como veremos, da mesma forma que Velloso, pressupõe certa “divisão do trabalho intelectual”, tal análise demandaria o tratamento das seguintes dimensões:

1) a compreensão da heterogeneidade das diferentes agências do Estado comprometidas com a tarefa de criar uma mentalidade pró-regime (...); 2) a constatação da existência de diversos "tipos" de intelectuais (bacharéis, beletristas, sociólogos, economistas etc.) e a hierarquia específica que há no interior desse universo (...); 3) a análise do "discurso ideológico" propriamente dito (suas fontes intelectuais, suas noções operatórias, suas racionalizações etc.); 4) a identificação das instâncias especializadas de veiculação desse discurso (rádio, teatro, cinema, jornal, revista etc.) e a sua tradução nas diversas linguagens (música, peças teatrais, filmes, livros etc.), e, por fim, 5) a definição do tipo de público ao qual o discurso ideológico será endereçado (as "massas populares", os trabalhadores sindicalizados, as camadas médias letradas, as elites intelectuais etc.) (CODATO e GUANDALINI, 2003: 146) .

O exame que proponho do projeto editorial de *O Observador Econômico e Financeiro* visa, dessa forma, não apenas a contribuir para o conhecimento das redes de interlocução e sociabilidades a que estiveram ligados os intelectuais responsáveis pela publicação, face às tensões que marcaram a dinâmica política na ditadura de Vargas e às diferentes posições no espectro político e doutrinário do período, mas, sobretudo, assinalar as clivagens que dividiam o campo intelectual, conforme indicado nos dois estudos acima referidos, de Velloso e Codato e Guandalini. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que a revista serviu à emergência, no campo intelectual, de posições associadas às profissões técnicas – como engenheiros e economistas – que buscavam influenciar diretamente a determinação dos rumos da política econômica.

Obviamente não se trata de descartar o entendimento de que as principais decisões eram determinadas a partir da atuação dos conselhos técnicos ligados ao poder executivo, mas sim de pensar a revista como espaço também de composição política, de construção de consenso em torno de determinados projetos e de reforço a posições expressas pelos homens de governo que, por sua vez, não expressavam uma unanimidade. Esse foi o caso, por exemplo, da correspondência, notável, entre os textos de *O Observador Econômico e Financeiro* e as posições dos ministros Oswaldo Aranha e Souza favoráveis à aproximação brasileira com os Estados Unidos, anteriormente à decisão pela participação do país no conflito mundial, o que viria a determinar o próprio destino do regime do Estado Novo (Cf. NOTAS, abril de 1938, p. 5).

Fundado em 1936 por Valentim Bouças¹, *O Observador Econômico e Financeiro*, como periódico especializado, viera somar nova contribuição ao debate iniciado por outras revistas precursoras, voltadas à área econômica, como *O Economista: revista mensal de economia, finanças, comércio e indústria*, de 1921, e a *Revista Bancária Brasileira*, de 1933, antecedendo a importante *Digesto Econômico*, que foi editada a partir de 1944 pela Associação Comercial e pela Federação Comercial de São Paulo (BIELSCHOWSKI, 1995). A revista contava obrigatoriamente com as “notas editoriais” (texto de apresentação do conteúdo do número), artigos e reportagens assinadas dos colaboradores permanentes e eventuais, além de seções mais ou menos fixas, sem assinatura, intituladas “Observações econômicas”, “Observações financeiras”, “Produtos e Mercados”, “Leis e Atos Econômicos”, “Bancos e Moedas”, “Bolsas e Títulos”, entre outras. Os textos continham ilustrações (fotografias) e gráficos, intercalados por anúncios (por vezes de empresas estrangeiras como Johhan Faber e Standar Oil, e de nacionais, como a Rádio Tupi), podendo alcançar, cada edição, nos anos do Estado Novo, cerca de duzentas páginas.

O projeto editorial foi desde o início definido por um perfil essencialmente profissional, o que justificou a contratação de nomes como Omer Monte Alegre e Carlos Lacerda (este ainda em início de carreira) para trabalharem na revista. Mas Bouças procurou também reunir um corpo de colaboradores que, repercutindo a composição heterogênea dos intelectuais que colaboravam com o governo, expressavam ao mesmo tempo as clivagens existentes no campo intelectual no período, representados por nomes afinados ao pensamento autoritário e também aqueles que expressavam posições liberais e à esquerda, o que incluía antigos integrantes da Aliança Nacional Libertadora e intelectuais próximos ao Partido Comunista do Brasil. Em 1936, no ano de sua fundação, a relação de colaboradores permanentes incluía nomes como Arthur Ramos, Ari Frederico Torres, Caio Prado Júnior,

¹ Valentim Bouças, economista de formação autodidata, natural de Santos, São Paulo, era representante no Brasil da *International Business Machines Corporation* (IBM) desde 1917 e tinha fundado a empresa Companhia Serviços Hollerith, que prestava serviços de contabilidade e fornecia equipamentos para diversos órgãos governamentais. Desde 1930 Bouças tornou-se bastante próximo do então ministro da Justiça Oswaldo Aranha e também de Vargas, de quem foi “orientador financeiro”, tendo assumido a chefia da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e a coordenação da Dívida Externa Brasileira. Em 1937 Bouças passou a ocupar o cargo de secretário-técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, sendo figura de destaque da gestão de Artur de Sousa Costa no Ministério da Fazenda, que se estendeu de 1934 até 1945.

Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet e Teófilo de Andrade. Já no Estado Novo, apareceram na revista colaborações esporádicas de nomes de destaque na literatura e no pensamento social como, entre outros, Graciliano Ramos, Cecília Meirelles, Gileno de Carli, Victor Nunes Leal, Jayme Cortesão e Mário de Andrade, que ocupavam, então, funções na esfera estatal.

Essa composição heterogênea espelhava a própria complexidade do campo intelectual sob a ditadura do Estado Novo, e a dificuldade de considerar a imprensa como simples veículo de divulgação do discurso oficial, ainda que este se fizesse presente, como não podia deixar de ser, durante o funcionamento do DIP. As dimensões sugeridas por Codato (2003), acima referidas, relativas à heterogeneidade das agências estatais voltadas à produção discursiva e doutrinária e às hierarquias existentes no campo intelectual, ao lado da consideração a respeito do público a que se voltavam os distintos periódicos, nos permite caracterizar o *Observador econômico e financeiro* não apenas como um veículo que serviu à afirmação de um determinado tipo de intelectual – o economista, produtor de um discurso técnico -, mas também como espaço de enunciação da defesa de interesses objetivos e voltados à definição da política externa brasileira pró-Estados Unidos – trazendo impactos políticos e econômicos igualmente importantes – e, porque não dizer, a defesa de posições liberais e alinhados ao “pan-americanismo” que marcavam alguns dos textos dos editoriais da revista antes do golpe de 10 de novembro.

Da mesma forma, a capacidade (ou estratégia) de seus editores, de abrigar as diferentes posições políticas e intelectuais, incorporando os quadros oficiais, ao lado do inevitável apoio ao regime autoritário, logrou garantir à revista sua longevidade, que se até 1962, numa nova fase, caracterizada pela maior especialização da imprensa econômica e pela consolidação dos periódicos acadêmicos da área, cujo formato diferia bastante daquele adotado nos anos 1930.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BIELSCHOWSKI, Ricardo Alberto. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel: Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. Pp. 167-178.

CODATO, Adriano N. e GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 32, 2003. Pp. 145-164.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ESPINA, Delia Beatriz. Valentim F. Bouças e a chegada da IBM no Brasil (1917). **Interciência**. v. 23, jan. fev. 1998. Pp. 45-50.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOTAS editoriais. **O Observador econômico e financeiro**, Rio de Janeiro, n. XXVII, abril de 1938. Pp. 1-5.

PAULA, Christiane Jalles de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 20 mar. 2012.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Pp. 71-108.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL